

REVISTA DE POLÍTICA E GESTÃO – V3 - 2016**Apresentação**

Nesse número, a Revista Eletrônica de Política e Gestão, do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar com o Departamento de Ciências da Educação, apresenta temas amplos e impregnados de criticidade que provocam discussões pertinentes nos meios acadêmicos.

O texto apresentado por Rejane de Oliveira e Sebastião de Souza Lemes, sobre a **Relação IDEB e gasto aluno-ano: algumas aproximações de correlações e sua pertinência para melhoria dos investimentos em Educação** mostra o comportamento do Índice de Desenvolvimento da Educação em duas regiões paulistas com relação aos gastos por aluno-ano na proporção do PIB per capita municipal no decorrer dos anos, após a adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Ao analisar como se dá a relação entre os gastos por aluno-ano das séries iniciais do ensino fundamental e o desenvolvimento da qualidade da educação o município mostrado pelo indicador de qualidade (IDEB), esses autores buscam discutir evidências do compromisso e responsabilização com a educação. Não nessa mesma perspectiva, mas ainda na busca do aprofundamento do debate sobre a questão da gestão democrática e participativa, o texto **Mérito, desempenho e participação nos planos municipais de educação: sentidos da gestão democrática**, de Daniela Patti do Amaral, analisa os sentidos atribuídos ao mérito, desempenho e participação no processo de provimento de direção de escolas públicas nos planos municipais de educação de nove municípios do estado do Rio de Janeiro e constata que há consenso em algumas características como experiência docente, formação em gestão; candidato “ficha limpa”.

Com uma preocupação mais dirigida para a relação pedagógica, a forma de discutir a política pública na pesquisa intitulada **Um estudo sobre as possíveis causas de evasão em curso de licenciatura em pedagogia a distância**; possibilitou a Stelamary Aparecida Despincieri Laham e Sebastião de Souza Lemes investigar as possíveis causas que influenciam (ou determinam) a evasão nos cursos a distância. Ao analisar as manifestações apresentadas por estudantes desistentes, formados e ativos do curso de Licenciatura em Pedagogia, nessa modalidade de formação em curso da UAB-

UFSCAR, Polo de Apoio Presencial de Tarumã. A análise de conteúdo feitas por meio das categorias e subcategorias estabelecidas para a desistência foram discutidas com base em referencial teórico que revelaram causas exógenas e endógenas ao curso para a evasão. Os resultados podem ser um indicativo às instituições de ensino superior que oferecem essa modalidade de cursos para a formulação de projetos pedagógicos com perspectiva de redução da evasão.

Dentro do espectro abrangente dos debates em política educacional, de tempos em tempos a questão da formação docente ressurgue e assume certo protagonismo nos debates. No texto **O bacharelismo e a crise permanente da formação de professores**, o autor Edson do Carmo Inforsato, pretende expressar a crise da formação de professores como uma decorrência de dois fenômenos: o do bacharelismo como uma ideologia de formação e a expansão desordenada da oferta de ensino básico a partir da década de 1970 que produziu uma legião de professores que, pelas condições de trabalho oferecidas, se constituiu uma “sub-classe” de trabalho e, por isso, ficou desprestigiada pela sociedade e, ao mesmo tempo, se auto – desprestigiou. A ponderação desse autor quando diz que: o bacharelismo presente e persistente, que absorve sem conflito as várias ideias do pensamento pedagógico, posto que eles não saem dos “muros” da academia, precisa ser substituído por uma estrutura formativa condizente com as necessidades mencionadas; toca, em profundidade, uma das questões mais complexas para a formação do professor nesse momento de nossa sociedade.

O texto das autoras Evely Solaine de Souza Rodrigues; Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis; Maria Alice de Miranda Aranda; sobre **A formação continuada para gestores da educação básica e a demanda do cotidiano escolar: uma análise no âmbito das políticas públicas**, também se detém nesse contexto de discussão, considerando, entretanto, a dimensão da gestão e econômica para relacionar as políticas de formação continuada de gestores da Educação Básica com o atendimento às demandas do cotidiano escolar. O estudo mostrou que há inúmeros impasses e dificuldades entre a efetivação das políticas de formação continuada de gestores e o atendimento da demanda do cotidiano escolar.

Essa temática permanece de forma densa e crítica no texto de Camila José Galindo e Edson do Carmo Inforzato **Formação Continuada de Professores: impasses, contextos e perspectivas**. Discutem a produção acadêmica sobre a formação continuada de professores no Brasil ser consensual quanto à sua finalidade: estar a serviço do aperfeiçoamento contínuo da prática profissional dos docentes, com

preocupações centradas na busca de melhorias na qualidade do serviço educacional prestado à comunidade escolar. No entanto, sugerem que esse discurso, é passível de críticas, uma vez que inúmeros estudos têm mostrado que as ações de formação continuada têm proporcionado pouco efeito sobre as práticas profissionais dos professores, especialmente no que se refere a alterações significativas de concepções sobre o ensino e do papel da escola. Considera aí um verdadeiro paradoxo formativo.

Nesse tom de discussão sobre formação de professores, Ana Luiza Bernardo Guimarães, nos apresenta o texto intitulado **Como obra aberta: do constituir-se professor na formação inicial** e busca analisar como as experiências vivenciadas pelos estudantes em um Curso de Formação Inicial de Professores em uma área não tradicionalmente formadora de professores – Licenciatura em Artes Visuais - são constitutivas da identificação profissional docente. A autora apresenta uma discussão interessante sobre as experiências vivenciadas pelos licenciando durante o itinerário formativo inicial (a graduação) que a criação de brechas de ruptura com as crenças e as representações cristalizadas da docência, possibilitando a assunção de outros modos de ser e de estar na profissão. O percurso analítico escolhido possibilitou colocar em relevo o que as experiências formativas assumem no processo identitário docente e criam mecanismos de articulação entre teoria, prática e experiência e outros modos de ser/estar na profissão.

Em **A didática e a pedagogia como suporte teórico para uma coordenação pedagógica qualificada**, os autores Osmar Hélio Alves Araújo e Luís Távora Furtado Ribeiro apresentam uma pertinente discussão sobre as possibilidades e contribuições da Didática e da Pedagogia para uma atuação orientada dos coordenadores pedagógicos no âmbito escolar. A pesquisa foi realizada na perspectiva da pedagogia crítica, com análise do discurso e os resultados evidenciaram que a Didática e a Pedagogia devem convocar todos os coordenadores e professores a se empenharem para responder às inquietações e aos desafios da contemporaneidade e tornar à docência significativa para a situação atual e em perspectiva para o futuro.

A questão da didática é também privilegiada no texto de José Luís Vieira de Almeida ao discutir com pertinência e argumentos a ação e a concepção mediadora da didática. Em seu texto, **Os fundamentos ontológicos da didática: a mediação compreendida a partir da Ontologia do Ser Social**, argumenta sobre a mediação na perspectiva da Ontologia do Ser Social e também como categoria central nas atividades educativas. Compreendida dessa maneira, a mediação se torna fundamental para a

Didática. A mediação e a Ontologia do Ser Social devem fundamentar a Didática porque ela sempre estabelece uma relação entre o imediato e o mediato – mediação. A mediação é ontológica por ser uma possibilidade exclusiva do ser humano, mas o caráter ontológico da didática não se limita à mediação. Esse autor concebe e se expressa na preocupação fundamental da didática que está voltada para a compreensão dos processos que envolvem o ensino e, dessa forma, permitem que se aprenda. Nesse sentido indaga: Numa aula expositiva: a fala do professor é única, mas e a compreensão dos alunos? E argumenta: Desse modo, não basta afirmar que a didática é ontológica, faz-se necessário dizer que ela deve pautar-se na Ontologia do Ser Social. Diante dessa assertiva discute, fundamental e intensamente, a mediação e a didática.

Em meio a essas discussões, a teoria crítica compõe um dos quadros teóricos nos quais o debate se intensifica. Nesse debate, o autor Ari Fernando Maia, apresenta o texto **O Tempo e a Gestão na Educação: elementos de uma análise a partir da teoria crítica**, onde discute que, apesar da existência de um vasto campo de estudos sobre a gestão na educação, a dimensão temporal praticamente não tem sido discutida. Considera que esta tenha uma característica pervasiva de qualquer processo pedagógico e uma força organizativa fundamental para a reprodução da sociedade. Por considerar a pertinência do tempo utiliza conceitos elaborados por autores que discutem a temporalidade para apontar alguns problemas que consideram ainda pouco analisados pelas pesquisas educacionais. A existência de processos de sincronização e dessincronização no cotidiano escolar geram dúvidas e dificuldades que demandam ações de gestão. A análise temporal apresenta desafios tanto ao gestor, que precisa produzir processos de desaceleração significativos, quanto ao educador, que opera no tempo lento e ritualizado das aprendizagens significativas.

Em meio aos debates com temáticas tão diversificadas quanto complexas no âmbito da educação, espera-se que conteúdos com o livro didático, uma vez que o PNLD, enquanto política pública, traduz uma necessidade da escolarização no que se refere à leitura; a educação infantil, como a mais recente demanda institucionalizada; a questão da formação tecnológica, como uma necessidade fundamental das populações mais jovens e a questão da segurança na escola e na sociedade que se torna, nesse momento de nossa história, um dos problemas de imensa relevância e complexidade. Autores como Fernando Garcez de Melo, com o texto **Estado e políticas públicas para o livro didático no Brasil**, analisa as bases constitutivas do livro didático no Brasil e, para tanto, ultrapassa seus caracteres pedagógicos imediatos como seus conteúdos e

ideologia intrínsecos e busca captar os seus pressupostos políticos e econômicos. Pretende compreender o livro didático distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) aos professores e alunos das escolas públicas. Considera um recurso privilegiado para realização da prática pedagógica. A leitura, na perspectiva das autoras Eliane Aparecida Galvão Ribeiro Ferreira e Claudia Valéria Penavel Binato, apresentam uma reflexão fundamentada pela Estética da Recepção acerca do que propicia o prazer na leitura e quais elementos determinam o papel do leitor implícito.

O texto **Cultura clássica, ópera e literatura na produção juvenil contemporânea: análise da obra *La Traviata*, por Lee Gyeong Hye, com ilustrações de Aurelia Fronty**; propicia uma reflexão analítico-comparativa onde, segundo as autoras, constrói-se na hipótese de que a estratégia de resgatar uma ópera clássica e adaptá-la sob a forma de narrativa ilustrada para o jovem leitor, tanto lhe faculto contato com um texto atraente, lúdico e crítico que o conduzirá à reflexão, quanto amplia seus conhecimentos, por meio do resgate da memória cultural.

A autora Andressa Wiebusch, investiga e apresenta sua discussão sobre a **Educação em tempo integral em uma escola de educação infantil de Santa Maria-RS: diálogos possíveis**. Nesse estudo, procura compreender a proposta educativa realizada com as crianças que permanecem em Tempo Integral na escola por meio da organização do trabalho docente e da equipe gestora, em especial da direção. Aponta que com o aumento do número de instituições para atender as crianças dessa faixa etária, poderíamos implementar melhor atendimento às necessidades da população do município. Coloca essa discussão no campo da conquista enquanto direito da sociedade.

Para José Deribaldo Gomes dos Santos e Antônia Solange Pinheiro Xerez, que investigam a formação técnica, apresentam o texto **Apontamentos sobre a expansão da graduação tecnológica no Brasil**. Nele, analisa a política de expansão da Educação Superior no Brasil que opta pela precarização da universidade enquanto valoriza a expansão da graduação tecnológica.

Por fim, a questão da violência que aflige intensamente a sociedade brasileira nesse momento histórico, o autor Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa, apresenta o texto intitulado **Polícia militar como solução para violência escolar: uma análise da reação docente**. Procura analisar de que forma a comunidade escolar interpreta e discute a questão da violência que, nesse momento, chega dentro da instituição escola. Informa que diante do aumento da violência escolar, a Rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, deu início ao Programa Estadual de Integração na Segurança e seu estudo

procurou analisar a reação dos docentes frente a esse programa. Identificou que a maioria dos docentes conhece pouco o programa e a forma como a escola se integro, conclui que há uma reação difusa em relação a inserção da polícia militar; há os professores resistentes, os professores que consentem e os professores resilientes.

O universo constitutivo dos debates apresentados e envolvidos nesse número de RPGE nos permitiu envolver uma temática pouco usual no âmbito das políticas públicas para a educação, porém não menos importante quando se pensa sobre o direito de todos em um estado democrático. A questão envolvendo alunos com as denominadas altas habilidades. Nesse momento, as autoras Rosimeire dos Santos; Zenita Cunha Guenther e o autor Leandro Osni Zaniolo, se debruçam sobre a questão da legislação para essa população e apresentam o texto que trata dos **Efeitos da legislação para a educação de dotados e talentosos: o que dizem os gestores escolares**. O artigo é resultado da pesquisa de mestrado que investigou os efeitos da legislação brasileira para a educação dos estudantes com Dotação e Talento (altas habilidades) e interpretou aspectos da política educacional, no Brasil, para esse público alvo, no contexto da Educação Especial. Relatam os pesquisadores que as orientações legais não têm auxiliado na identificação e na oferta de intervenção específica para esses estudantes, evidência a dificuldade na compreensão da terminologia adotada, revela que as ações de identificação se restringem a uma visão fragmentada do processo, aponta a necessidade de formação docente mais consistente para captar sinais de capacidade elevada reconhecendo os diferentes domínios de capacidade humana, bem como a importância de ampliar as recomendações oficiais nessa área, desvinculando, assim, de apenas uma corrente teórica. Esses estudos aqui desenvolvidos nos colocam mais desafios e para avançar nessa busca por respostas e soluções viáveis, algumas experiências observadas em outros países nos mostram caminhos.

Nesse sentido e contexto, o artigo de Milagros Fernández-Molina, argumentando sobre a necessidade desses conhecimentos e preparação de profissionais conhecedores do assunto, nos apresenta o texto **Formação em altas capacidades intelectuais para profissionais psicoeducativos. Resultados do desenvolvimento do curso da Universidade de Málaga**. Nele a autora analisa o atendimento educacional de alunos com altas habilidades intelectuais necessita da atuação de diferentes profissionais na escola, mas há poucas oportunidades de preparo disponíveis para eles. Relata que na Universidade de Málaga um curso de especialização desenvolvido para esta finalidade mostrou uma grande procura, a maioria mulheres e muitas vezes são estudantes ou

graduados em psicologia ou Magistério, com pouca formação ou experiência anterior no trato com sujeitos portadores de altas habilidades. Essa autora discute o assunto na perspectiva da formação de profissionais e ressalta suas implicações para a melhoria da cultura social sobre altas habilidades. No caso das autoras Luciane Mirella de Souza OliveirA e Rosemeire de Araújo Rangni, procuram discutir pela ótica da política pública a oferta do que denominaram suplementação educacional. O texto dessas autoras, denominado **Suplementação educacional para alunos dotados e talentosos do programa decolar**; da rede de ensino municipal da cidade de São José dos Campos (SP-Brasil), apresentam uma pesquisa documental sobre esse programa e, por esse meio, concluiu que o atendimento educacional especializado, em caráter suplementar, ofertado foi realizado de acordo com as políticas públicas educacionais no período pesquisado e apontou algumas tendências na oferta da suplementação, como o aumento no número de atividades de um semestre para o outro e a influência do ambiente nos interesses manifestados pelos alunos.

Entre os inúmeros canais pelos quais perpassam os debates sobre as questões de política e gestão da educação, um dos canais privilegiados são as revistas publicadas na forma de periódicos. A Revista Nova Escola é um desses periódicos de grande capilaridade e atinge uma grande parcela da população de profissionais da educação básica atual. A autora Andréia Cristina Fregate Baraldi Labegalini e o autor Carlos da Fonseca Brandão realizaram um estudo sobre essa revista onde analisaram como a Revista Nova Escola (RNE) retratou e interpretou diferentes aspectos da política educacional pública empreendida no período de 2003 a 2010, tanto no nível das suas propostas legislativas, quanto político-pedagógicas, no âmbito da formação de professores. Em seu texto **A Revista Nova Escola no período de 2003 a 2010 e a formação de professores**, analisam e consideram que para além de suas opiniões, a referida revista também colabora com a formação continuada dos professores.

Aos Caríssimos Leitores, nessa apresentação estamos a ampliar o nosso olhar sobre a temática foco de nossa RPGE e, dessa forma, possibilitar um espectro mais amplo para abordarmos as questões que envolvem a política e a gestão educacional. Neste número, já com a ampliação do número de artigos, damos um indicativo do que irão ler nesse e nos próximos volumes. É intensão sempre contribuir para que tenham mais elementos e pontos de vistas diferentes sobre os debates que, no momento, se apresentam sobre política e gestão educacional em nosso país. Nem sempre os artigos aqui publicados refletem o modo de pensar desse periódico, porém estaremos sempre

abertos ao contraditório, ao direito da livre expressão em favor do debate qualificado e da diversidade de opiniões possibilitada pela universalidade do conhecimento e da ciência. Nesse sentido e contexto, não pactuamos com o pensar desrespeitoso às liberdades individuais, à diversidade, aos direitos humanos e a pluralidade cultural, de crença e de pensamento. A todos uma boa leitura.

Sebastião de Souza Lemes – Editor